

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.645 - PT (2019/0160017-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGA - JUÍZO
CENTRAL CRIMINAL DE GUIMARÃES - JUIZ 1
INTERES. : WAGNER AURELIO RAMOS FERNANDES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à notificação do interessado, na qualidade de representante legal da sociedade Flecha Encantada - Unipessoal Ltda., de despachos proferidos nos autos de ação criminal.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 113-114. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 115).

A Defensoria Pública da União (fls.56-58), na qualidade de curadora especial, e o Ministério Público Federal (fl. 123) não se opuseram à concessão do *exequatur*.

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

